

RESENHA

ACSERALD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Coleção espaços do desenvolvimento, Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001. 240 p.

por **Lucas Labigalini Fuini**

Geógrafo. Doutor em Geografia (Organização do Espaço). Professor Assistente da UNESP-Ourinhos.

A coletânea de textos “A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas”, organizada por Henri Acserald, tem como preocupação central a abordagem do tema da sustentabilidade ambiental aplicado às políticas de gestão urbana, caracterizando as formas de legitimação e deslegitimação do discurso da sustentabilidade a partir das práticas e ações institucionais dos atores sociais que atuam nas cidades.

A obra se desdobra em uma série de conceitos e temas afeitos a um quadro geral, sistêmico e interdisciplinar, resumido nos seguintes eixos: Sustentabilidade ambiental; Gestão Urbana; Fundamentos econômicos; Princípios éticos; Instituições. Desse modo, a obra busca efetuar uma releitura crítica dos discursos contemporâneos sobre a cidade, particularmente sobre o urbano-ambiental, conduzindo o leitor a uma melhor compreensão sobre os “pontos de vista” no urbano relacionados às problemáticas da eficiência ecológica, equidade sócio-ambiental, escala econômica da pressão ecológica e ética na apropriação social do meio ambiente sob a égide do desenvolvimento sustentável.

Perseguindo estes pressupostos, o livro reúne oito artigos de diferentes autores, além do prefácio inicial. Todos eles, além da pertinência ao temário geral, desenvolvem, em um panorama bastante amplo do ponto de vista teórico e empírico, a importância de se avaliar a eficácia e pertinência das políticas e discursos ambientais apropriados pelos poderes públicos, organizações não-governamentais e movimentos sociais que atuam no desenvolvimento urbano. Resume-se, assim, os dilemas atuais decorrentes da compreensão, às vezes equivocada, do sentido da sustentabilidade aplicada ao meio ambiente.

Na primeira parte, Acserald se propõe a discutir os sentidos da sustentabilidade ambiental, através das matrizes: eficiência, escala, equidade, auto-suficiência e ética. Sendo a sustentabilidade uma noção a que se pode recorrer para dotar de objetividade diferentes representações e idéias, seu sentido e futuro nas cidades, segundo o autor, dependerá em grande parte dos conceitos constituintes do projeto de futuro dos agentes relevantes na produção do espaço urbano.

Na segunda parte, Deutsch-Lynch aborda o tema da justiça ambiental com base nas ações das agências internacionais na América Latina. Neste sentido, conclui que os

programas internacionais de ajuda ao desenvolvimento, baseados em modelos de transição dos riscos ambientais, não foram capazes de reconhecer a necessidade do apoio na coleta de dados sobre riscos ambientais resultantes da participação na economia global. Um modelo de transição de riscos ambientais, segundo a autora, se baseia em estudos e simulações que caracterizam os possíveis “riscos naturais” e buscam sua minimização por meio de intervenções variadas - como em infra-estrutura de água e esgoto e em crescentes certificações socioambientais de processos e produtos -, no sentido de se constituírem cidades cada vez mais saudáveis e sustentáveis.

Na terceira parte adota-se a idéia da cidade como um híbrido, sinônimo de urbanização-*cyborg*, concepções que Swyngedouw esclarece pela rede de processos entrelaçados a um só tempo: humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos; que permeiam a cidade e o processo urbano. A cidade seria, ao mesmo tempo: natural e social, real e fictícia e, neste contexto, germinam pensamentos associados à ecologia urbana e à ecologia política urbana.

Na quarta parte, Campans pretende analisar os modelos de “cidades sustentáveis” e das “cidades globais” sob as hipóteses de serem tais concepções antagônicas ou complementares. Tratando-se de paradigmas aparentemente conflitantes na elaboração de políticas públicas, tanto as cidades globais, na condição de meio ambientes inovadores e ofertantes de serviços altamente especializados, quanto o princípio da sustentabilidade, convertem-se em grandes matrizes discursivas que norteiam as intervenções governamentais objetivas e, a despeito de surgirem como conteúdos utópicos e transformadores (encampados pelas agências multilaterais), tornam-se atributos de fácil incorporação ao projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista.

Na quinta contribuição, os tempos da economia e os tempos da cidade, caracterizados por Veltz, são sistematizados na análise das cidades como atores coletivos, na relação entre as cidades e os atores da economia, e por meio do processo de produção econômica da cidade. Conclui-se, pois, que o papel das cidades na expansão da economia é atualizar a enorme gama de recursos coletivos e sociais, também relacionais, que não pertencem à esfera mercantil, mas sem os quais a economia mercantil não poderia funcionar. Os tempos da cidade aparecem como a mescla de uma complexidade histórica e social extensa.

Na sexta e sétima seções, em torno da idéia de uma cidade competitiva, Sanchez e Oliveira desenvolvem narrativas diferenciadas. O primeiro autor explora o conteúdo da *city marketing*, ou cidades-modelo, visto como discursos messiânicos que irradiam da atual fase do capitalismo, de base informacional e comunicacional. Trata-se,

também, de uma forma de imposição do pensamento único por meio de instâncias políticas de produção de discursos, como os governos locais em associação com as mídias e com instituições supranacionais, como o Banco Mundial. O segundo autor coloca em confronto as matrizes da “sustentabilidade” e da “competitividade” em uma visão institucional, através de documentos oficiais elaborados por agências de internacionais de desenvolvimento, pelas Nações Unidas, e por meio da formulação da Agenda 21 no Brasil. Conclui-se, pois, que a promoção da competitividade municipal (desregulamentação, produtividade das firmas), com requisitos da sustentabilidade (controle de impactos ambientais, fiscalização, participação popular, etc.), instaura um discurso hegemônico que leva à formulação de consensos fictícios, facilitando a obliteração de conflitos e a despolitização das questões sociais.

Por fim, no oitavo texto, traz-se um exemplo de cidade brasileira, Curitiba, que buscou implantar a idéia de cidade-modelo com o requisito da preocupação ambiental. Moura analisa os aspectos positivos e negativos das estratégias de planejamento urbano voltados para a sustentabilidade ambiental na capital do estado do Paraná, reconhecendo que, apesar do discurso renovado e da importância do planejamento e gestão regional integrados, predominam ainda problemas de segregação sócio-espacial e de exercício da cidadania que não podem ser resolvidos apenas por produções simbólicas e discursos modernizantes.

Em suma, esta obra tem o mérito de focalizar as questões ambientais no âmbito de uma série de visões teóricas e ações políticas correntes que buscam aplicar no planejamento urbano ferramentas que se pretendem mitigadoras dos danos ambientais, equacionando a relação entre a ação humana e recursos naturais.

COMO CITAR ESTA RESENHA:

ACSERALD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Coleção espaços do desenvolvimento, Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001. 240 p. Resenha de: FUINI, Lucas Labigalini. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 198-200, jan./abr. 2011. URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

EDITOR DE SEÇÃO:

Mirian Vizintim Fernandes Barros

TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:

✓ Recebido em 06/09/2010

✓ Aceito para publicação em 13/07/2011